



GÊNERO E SEXUALIDADE: CONTRIBUIÇÕES ANTROPOLÓGICAS PARA O ESTUDO DO CURRÍCULO

Maria do Socorro do NASCIMENTO¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo promover o diálogo entre as áreas da antropologia, sociologia e educação, notadamente no que concerne ao estudo de Gênero e sexualidade e suas vinculações com o estudo do currículo, a partir de algumas pesquisas na área da antropologia, desenvolvidas por Segato (1998), estabelecendo conexões entre a teoria e a pedagogia *queer* e suas implicações no currículo. A escola de Ensino Fundamental foi o cenário da pesquisa, e o material empírico constituiu-se basicamente de discursos que foram analisados, tomando como referência a análise do discurso na perspectiva que Foucault (1996) desenvolveu. As análises apontaram para o currículo significado na perspectiva liberal ou humanista onde as identidades são provenientes de concepções essencialistas.

Palavras-chave

Gênero - Sexualidade - Educação - Currículo - Discurso – Identidade

ABSTRACT

This research has the objective, to promote a dialogue between anthropology, sociology and education that concern in the learning of sorts, sexualities and vinculations with the curriculum's study and some reseaches in the antopology area developed by Segato (1998), setthing up links with theory and pedagogy area in the curriculum. The base of the reseach was the fundamental school the material is basicly formed by the speech thiet was analysed as allusion in the analisys of the spech by Foucault (1996). The analysys show a significativy curriculum in the liberal and humanisty perspective in which the identities are coming of essencialisties conception.

Key-word: Sort - Sexuality – breeding (education) - curriculum - spech - identity

INTRODUÇÃO

Objetivo neste artigo fazer uma incursão na antropologia no sentido de apreender as questões de gênero a esta inerentes, suas relações com a sexualidade, bem como os *links* que podem ser estabelecidos com a educação, especificamente a sua utilidade para o estudo do currículo. Para tanto, tomo como base os achados de algumas pesquisas no campo da antropologia, sintetizadas no texto de Rita Laura Segato, que tem como título: Os percursos do gênero na antropologia e para além dela (1998). É a partir deste que as relações gênero, sexualidade e currículo serão estabelecidas.

Antropologia, gênero e transdisciplinaridade

¹ Professora da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal de Campina Grande e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. helpnasci@bol.com.br

Segato (1998) inicia seu texto afirmando que a antropologia é perpassada pela questão de gênero, mas que esta não dá conta por si só do caráter multifacetado que a teoria de gênero apresenta. Essa limitação disciplinar é colocada à mostra quando a perspectiva transdisciplinar é evocada para explicar os fenômenos sociais que têm como cerne dessa abertura a teoria de gênero.

Para a autora, os debates feministas e a reflexão sobre gênero emprestam seus achados a interesses mais amplos. A perspectiva transdisciplinar dos estudos pós-coloniais, que tratam sobre a subalternidade no mundo contemporâneo, toma a hierarquia de gênero, a subordinação feminina, como protótipo a partir do qual se pode compreender melhor o fenômeno do poder e da sujeição.

Nos anos 90, a filosofia, a análise do discurso, a literatura comparada e as Ciências Sociais, passam a ver no gênero uma “cena” cujos personagens permitem entender e formular os processos inerentes à subordinação, à subalternidade. A antropologia, a psicanálise e a teoria gramsciana da Hegemonia são confluentes nesta proposta. A autora em análise apresenta ainda pesquisadoras que se constituem como paradigmáticas nessa nova fase: Gayatri Spivak e Judith Butler.

De acordo com a autora, a reflexão sobre gênero tradicionalmente esteve sob o domínio das mulheres, mesmo se tratando de uma estrutura relacional que perpassa a todos. Esta reflexão tem como foco os meandros das estruturas de poder, os enigmas da subordinação voluntária em geral que nos permitirá a elucidação de outros enigmas oriundos das mais variadas formas de arranjos sociais hierárquicos, como a sujeição mediante a pertença étnica, racial ou às relacionadas às periferias como lugar de menor prestígio social.

A aporia universalismo *versus* relativismo nos estudos de gênero na antropologia e as dificuldades que a disciplina coloca para definir a categoria “mulher”, objeto de estudo dos movimentos sociais, é ressaltada a partir de referências teóricas básicas, onde o dilema é relacionado com a questão da universalidade da hierarquia diante da possibilidade da existência, em algumas sociedades humanas de uma igualdade na diferença.

A autora coloca a insuficiência das observações empíricas dos fatos para responder a pergunta de **se existem ou não sociedades igualitárias**. Para ela, não será o registro etnográfico dos papéis sociais por estes desempenhados em determinada sociedade, nem a distribuição dos direitos e deveres entre os pares que provará ou não o caráter igualitário dos gêneros. A igualdade é do domínio da estrutura, e esta organiza os símbolos com sentidos aferidos de forma sutil e, muitas vezes, não visível, camuflando as relações de poder, tornando-as pouco ou não perceptíveis.

Os argumentos de Segato são corroborados pela resenha de Maria Luiza Heilbon (1998, p. 98-106) na qual ela identifica entre os tratamentos possíveis do gênero que destaca o de ser um princípio de classificação abstrato que tem como substrato a observação do real e pelo trabalho de Françoise Héritier (1979), que coloca a descontinuidade presente no mundo biológico como base dos princípios de classificação. O gênero seria, assim, uma categoria que qualquer que venha a ser seu preenchimento numa cultura particular, fala de relações, de oposições e constitui “*a forma elementar da alteridade*.”²

A noção dumontiana de hierarquia, que “organiza a estrutura binária dos modelos classificatórios de modo a um termo encompassar o outro” (ibidem 104, também se constitui como argumento às teses de Segato, impelindo-a a concluir que a perspectiva estruturalista que toma o gênero como uma categoria abstrata, permitindo considerar uma “*eqüidistância*”

² Grifos da autora

valorativa entre as categorias”. Denota-se que “acoplada à teoria da hierarquia, há a vigência de um princípio ontoassimétrico.”³

Segato se opõe às perspectivas supracitadas apesar do reconhecimento da abstração que constitui o gênero e introduz uma inversão – o gênero como uma experiência fundante que organiza o mundo, inclusive o universo biológico. Para ela, os seres biológicos adquirem muito da sua aparência descontínua na nossa percepção e não vice-versa. Em contrapartida a perspectiva estruturalista formulada por Lévi-Strauss para antropologia e por J. Lacan para a psicanálise é sempre hierárquica. Pode-se identificar a possibilidade de inversões e permutas, mas nunca de simetrias. Assim, atribui-se à ordem do simbólico a “natureza patriarcal” (Brennan 1997, p. 12, apud Segato 1998).

A autora é enfática ao afirmar “que os gêneros constituem a emanção, por meio da sua encarnação em atores sociais ou personagens míticos, de posições numa estrutura abstrata de relações que implicam uma ordenação hierárquica do mundo e contém a semente das relações de poder na sociedade” (Segato 1998). Assim sendo, os gêneros seria transposições da ordem cognitiva para a ordem empírica, o que implica afirmar que a estrutura, a partir da primeira *cena*⁴ de que participamos, é permeada de gênero e dela emergem as caracterizações de homem e de mulher com seus papéis distintivos.

Kava Silverman (1992) se refere a esta cena como “ficção dominante” e ressalta que os papéis de gênero provenientes desta cena originária são verossimilhanças dos acontecimentos factuais que ocorrem na estrutura organizativa das relações da referida *cena*. Essa estrutura é simultaneamente oculta e revelada pelas relações.

A partir da compreensão do exposto é que poderemos reformar a maneira em através da qual o senso comum apreende o que seja ser mulher/ ser homem, de forma a poder instituir nas nossas representações a capacidade deles de circular pelas posições que a estrutura pressupõe.

O trânsito possível por esses lugares marcados para anatomias prescritas, não prevê o que, no plano empírico e observável, é compreendido como as atribuições, os direitos e os deveres, as profissões, etc. Constata-se que houve um avanço do que se pode denominar de “dimensão funcional do gênero”. Houve uma ascensão da mulher e até uma substituição do homem no desempenho de papéis que implicariam o exercício do poder. No entanto, isso não significou que a reforma dos afetos tenha sido realizada. A inserção da mulher no páreo das interações afetivas, tributárias da forma como se deu sua entrada na cena originária sofreu poucas modificações. E afirma a autora:

A circulação, o tipo de trânsito que proponho implicaria não numa androginia como situações de indiferenciação dos gêneros, de sua neutralização num mundo de seres híbridos, no estilo do que Elizabeth Badinter (1998) sugere, já que a estrutura da qual os gêneros representam mais do que uma verossimilhança ou personificação continuaria pulsando, mas uma androginia como possibilidade aberta de permuta de posições no registro afetivo (segato, 1998, p.4).

Por todas essas razões, Segato enfatiza mais uma vez que os gêneros não são observáveis nem da ordem empírica, mas o registro no qual nos instalamos ao ingressar numa

³ Ibidem

⁴ De acordo com a autora, não importa a cultura de que se trate ou o grau de desvio em relação ao padrão social numa cultura particular; portanto, a cena pode ser a cena familiar – ou substituta – primigênia.

cena, numa trama de relações. As posições que masculino e feminino ocupam são relacionais, representadas estavelmente pelas anatomias de homem e de mulher (não necessariamente) na vida social. Ela cita, como exemplo de locais onde se dá o ressurgimento das posições relativas reencarnadas em anatomias uniformes, as instituições totais como os cárceres e os conventos, chamando-nos a atenção para o fato de esses ressurgimentos não acontecerem apenas no campo da sexualidade, mas também no universo das relações afetivas como um todo.

A forma de circulação proposta por Segato é a que ela denomina de “mobilidade de gênero” proveniente de sua pesquisa etnográfica sobre “O xangô de Recife” com a qual foi percebido que o estilo de sociabilidade que as tradições afro-brasileiras apresentam são as mais igualitárias do mundo em relação ao gênero (Landes 1940; Silverstein 1979, apud Segato 1998). À mulher é conferido o maior acesso já registrado a posições de domínio na sua comunidade, que se constitui como um laboratório profícuo para a análise da questão sobre a universalidade da hierarquia, uma vez que a filosofia religiosa que fundamenta os cultos funciona de acordo com “um esquema que inscreve, no plano das representações, o fato dos trânsitos de gênero e garante a possibilidade de circulação pelos registros afetivos do masculino e do feminino a um mesmo sujeito social”. Isso favorece para que se desconstrua o atrelamento ou *conflation* dos registros vinculados a anatomias particulares, o que, segundo a autora, faz parte da visão de mundo ocidental.⁵

O viés teórico dos trabalhos de Segato é apoiado na literatura inglesa inicialmente, dentro das fronteiras das Ciências Sociais, mais especificamente a antropologia que se abrangeu a partir do estruturalismo de Levi-Strass, dialogando com a psicanálise lacaniana. Este diálogo foi revigorando-se e estendeu-se ao pensamento feminista francês que tinha Lacan como ponto de partida, mas tentava contornar seu modelo, embora com as raízes fincadas em seus princípios, o que, conseqüentemente, iria se fazer presente em todas as análises. É válido ressaltar que essas interações entre as contribuições anglófona/ francófona só revigoraram a abertura do campo disciplinar antropológico, expandindo suas análises, a partir da categoria gênero, às mais variadas formas de sujeição que perpassam outras esferas da vida social.

Gênero e sexualidade: a escola como lócus de (des)construção

A sexualidade como socialmente construída tem sido alvo de boa parte das pesquisas antropológica e sociológica voltadas para a análise das formas pelas quais interpretamos e compreendemos a experiência sexual, como também tomam para análise os sistemas sociais e culturais que modelam essa experiência. Desta forma, a experiência subjetiva da vida sexual é entendida como resultante dos símbolos e significados intersubjetivos relativos à sexualidade em diferentes espaços sociais.

A Escola pode ser entendida como uma “unidade estratégica” responsável pela formação de mecanismos específicos de saber/ poder, parte integrante de uma rede complexa de regulação social que modela corpos e comportamentos individuais / sexuais (Foucault, 1993). A minha preocupação, ao tecer os fios desse estudo, foi elucidar os nexos que possibilitam analisar sociologicamente um problema de cunho educacional, como as formas, os sentidos e os significados aferidos à sexualidade no currículo da escola de EF: as conexões ou *links* que permeiam as Ciências Sociais, os processos e instituições educacionais.

⁵ A autora coloca que sua “proposta” tem sido um dos atrativos dessas tradições para sua expressão na Argentina e Uruguai (Segato 1996).

A Sociologia Histórica, por ter como objeto de estudo a produção de discursos, seus contextos de produção, sua circularização, estudando as tramas discursivas nas quais os sujeitos estão envolvidos, suas práticas e autoridades a elas pressupostas (León, 2000), oferece seus préstimos para o diálogo com a antropologia e a educação, consolidando mais uma vez essa transdisciplinaridade.

Para compreender estas vinculações, não se pode deixar de considerar a configuração atual dos conflitos oriundos da economia globalizada e do Estado capitalista que se refletem na escola / educação que vive sob a égide dos interesses privados e da regulamentação de um Estado de abrangência cada vez mais mínima, tendo como contexto uma sociedade que traz consigo pressupostos, como, hegemonias, dependências, crises nacionais, trazendo simultaneamente seu pressuposto majoritário: a globalização da economia e neste amalgamando vários outros pressupostos como:

A produção multipuvertizada, concomitância de consumo de produtos globais, a cultura e a anticultura como fenômenos pessoais e coletivos transnacionais, os costumes e as manifestações dos desejos pessoais em todos os palcos do mundo, o crime organizado global e a riqueza também global, produzida pela especulação financeira via recursos técnicos avançados (Vieira: 2004, p.163).

De acordo com Silva (2000, p.29), as transformações nos padrões de produção e de consumo, bem como o deslocamento do investimento das indústrias de manufatura para o setor de serviços são característicos das mudanças globais na economia. Essas mudanças causam impactos localizados, ou as crises globais de identidades por não ter núcleos ou centros determinados nas sociedades modernas para produzir identidades fixas. O que temos agora é uma pluralidade de centros. O citado autor relaciona essas mudanças sociais ao que E. Laclan chamou de deslocamento.

O deslocamento do centro das análises “classe social”, tomado na acepção marxista, é substituído por múltiplos centros, a partir dos quais diferentes lugares vão co-existir, emergindo, então, novas identidades e novos sujeitos sociais. Este deslocamento é emblemático da minimização das afiliações feitas unicamente a partir da pertença de classe social, como os sindicatos operários, somando-se a esta outras arenas de conflito social, como as provenientes da pertença do gênero, da etnia e da sexualidade e de geração.

É consenso entre os educadores estudiosos da área que a abordagem da sexualidade na escola envolve questões como a ética, a moral, a religião, os tabus, as relações de poder que perpassam as relações de gênero, as identidades (individuais e coletivas) e as práticas sexuais. Historicamente, esses elementos vêm sendo refletidos na prática pedagógica de forma velada ou explícita no que se refere aos conteúdos dos componentes curriculares dos livros didáticos e nas práticas discursivas do professor. Assim sendo, estes profissionais veiculam concepções sobre a sexualidade tanto quando calam, como quando oportunizam o debate sobre o tema, sendo protagonistas da produção e veiculação de conceitos, símbolos, juízos e imagens concernentes à gênero, à sexualidade, etc.

Historicamente, a sexualidade tem sido alvo de múltiplas formas de enquadramento, formas estas caracterizadas, em sua maioria, pela sutileza com que o poder é exercido, remetendo nossas reflexões às questões de gênero, uma vez que estas perpassam as questões de sexualidade.

Dessa maneira não podemos reduzir a relação sexualidade / gênero à questão da natureza. Parece-nos problemático uma delimitação exata da constituição dos gêneros, o momento em que a feminilidade ou a masculinidade é fundada, em que fase da existência

humana ela é constituída. Louro (1997), em seus estudos, nos mostra que os gêneros se constroem e reconstroem continuamente, caracterizando-se como produções sociais e históricas. Podemos inferir que estas construções, de certa forma, são dependentes dos sistemas de identificação coletiva e que as formações das identidades sexuais e de gênero têm um foco que vem sendo dissimulado e/ ou negado com frequência em nossa cultura.

A escola do Ensino Fundamental, habitada predominantemente por mulheres desde os anos 20 (Carvalho, 1996), caracteriza-se como espaço gerado (por) e gerador de metamorfoses nas relações entre feminino e masculino, homo ou hetero-eróticos, implicando novos sistemas de significados culturalmente constituídos, podendo desempenhar papel primordial na organização do campo sexual, impelindo a outros discursos, outras práticas, outros sujeitos sexuais, mas também a outros mecanismos de controle social da sexualidade.

O currículo: do oficial ao *queer*

O Ensino Fundamental está sendo impactado pelas políticas de formação de professores (inicial e continuada), veiculadas essencialmente através dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN-, instituídos com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB-, sancionada em 20 de dezembro de 1996.

Conforme estes parâmetros, a organização curricular para o ensino fundamental é desenvolvida compreendendo quatro ciclos que, por sua vez, compreende, cada um, duas séries. Esta proposta visa atender inicialmente os primeiros ciclos. Nos “PCN”, os componentes curriculares são apresentados de acordo com o previsto na Resolução número 6186: Língua Portuguesa, Ciências, Matemática, História, Geografia, somando-se a estes convívio social e ética, como tema transversal, contemporizando saúde, meio ambiente e **orientação sexual** que perpassarão toda a concepção e estruturação dos Ensinos Fundamental e Médio nas escolas brasileiras.

Os “PCN” trazem, em sua proposta curricular, a orientação sexual como uma intervenção sistemática na área da sexualidade cujo propósito é fornecer informações sobre essa temática. Nesta, as dimensões fisiológicas, psicológicas e sociológicas são ressaltadas, e a escola é tomada como o “lócus” de reflexão e questionamento em torno dos tabus, crenças e valores concernentes aos relacionamentos e comportamentos sexuais.

A proposta enfatiza, ainda, a importância do conhecimento teórico sobre a temática da sexualidade, considerando que a consciência sobre quais são os valores, as crenças, as opiniões e os sentimentos que a ela relaciona-se, assumem papel primordial para o desenvolvimento de uma postura ética do professor na efetivação de sua prática profissional. Esta proposta escamoteia as conexões entre sexualidade e gênero, significados como objetos relacionais, não separáveis das relações de poder,

À instituição escola é atribuído o papel social de divulgar modelos culturais, políticos e sociais, na maioria das vezes, dominantes, produzindo significados, através de diferentes arranjos e práticas institucionais. Entre esses arranjos estão a pedagogia e o currículo *queer*.

Silva (1999) afirma que o termo *queer* vem sendo usado na literatura anglo-saxônica e pretende unificar os diferentes (gays e lésbicas), rechaçando o sentido pejorativo que historicamente foi relacionado aos homossexuais, notadamente os do sexo masculino. Ele ressalta que o termo também assume o significado de “estranho”, “esquisito”, “incomum”, “excêntrico”, etc., sem estar relacionado às conotações sexuais.

O termo *queer*, pode ser usado também no sentido alusivo da política que alardeia o objetivo da teoria *queer*: complicar o sentido de identidade sexual e outras identidades culturais e sociais.

Identidade pressupõe então, relação: a minha identidade é definida a partir da identidade do outro. Ou, como diz Butler (1992 apud Segato 1998): “O sujeito se constitui por meio de operações de exclusão” .

As identidades são tributárias da significação que os grupos sociais lhes conferem. Não são dadas, são socialmente construídas e permeadas pelas relações de poder. Mas o termo *queer*, extrapola esse sentido da construção social e defende o fim das linhas demarcatórias dos territórios do “isto ou aquilo”. O livre trânsito entre estas fronteiras, inclusive, no campo da sexualidade e do gênero, é a norma!

O currículo como artefato social reflete as desigualdades de gênero, uma vez que seus componentes (matérias, disciplinas, conteúdos), na maioria das vezes, são considerados naturalmente masculinos ou femininos, cabendo, no máximo, a possibilidade de inversões e permutas, mas nunca de simetrias, como foi notado por Segato (1998) em seus estudos antropológicos, referindo-se à perspectiva estruturalista formulada por Lévi-Strauss para antropologia e por J. Lacan para a psicanálise.

Mais que acesso aos conhecimentos, de acordo com a nova ordem (ou desordem), questiona-se “o que desse acesso” interessa. Será que é redundante, agora, falar da não neutralidade do currículo? Não falo daquela proveniente da pertença de classe. Falo agora do lugar de pertença de gênero e de sexualidade. O currículo não reflete só diferenças de conteúdos e matérias, nem de concepções teórico-filosóficas, mas também as experiências de gênero e sexualidade (entre outras) que as práticas discursivas significam. E, pensando assim, o currículo está implicado não só na formação do que seja masculinidade ou feminilidade, mas também nas diferentes maneiras de se experienciar a sexualidade.

Os códigos sociais oportunizam a criação de regimes políticos, implicando produções de sistemas de identificação social, modos não intencionais de “pensar” que, de certa forma, legitimam relações desiguais entre os sexos. A mídia tem contribuído de forma significativa para a cristalização dos binarismos entre os sexos. A Escola do Ensino Fundamental é, pois, um lugar de bricolagens de concepções, sobretudo, quando estas são relativas a gênero e sexualidade, denunciando as diversas formas de significar feminino e masculino. Estas significações são dotadas de um conteúdo que se traduz em seus sentidos na distinção, classificação e hierarquia entre os sexos, uma vez que “Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepções e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina” (BOURDIEU, 1930, p. 14).

A prática pedagógica está circunscrita a limites espaço-temporais e constituída por significados sociais e históricos. A escola caracteriza-se, como se tem destacado, em um “*território*” predominantemente feminino. No entanto, o que Segato percebeu em seus estudos antropológicos se evidencia aqui, nos estudos sobre currículo: Quanto à dimensão funcional do gênero aconteceram significativos avanços, mas esses avanços não foram suficientes para produzir a reforma dos afetos. O grande contingente feminino, nessa área do ensino, não consubstancia grandes revoluções no discurso feminino. A inserção feminina, no que concerne às interações afetivas, neste campo de atuação, parece ser tributária da forma como se deu sua entrada na cena originária.

De acordo com Louro (1997), o feminino e o masculino, em determinado momento histórico, vão se definir, compondo **o como**, as características sexuais são significadas. Portanto, as relações de gênero e as formas de sexualidade, significadas pelos docentes e discentes em formação, são campos de constituição de identidades, de produção/ reprodução de representações, reconhecendo o espaço escolar como um espaço potencialmente educativo, entrecortando pelas relações de poder e suas conexões com gênero, classe, raça e geração.

Considerações Finais

O currículo oficial tentou contemporizar as questões de gênero e sexualidade, incorporando parte do discurso da pedagogia feminista e dos estudos de gênero. No entanto, as conexões ou *links* existentes entre conhecimento e identidades (sexuais e de gênero) ficaram à margem, reproduzindo alguns estereótipos e preconceitos, internalizados pelos docentes. Nos discursos destes, o currículo assume um significado essencialista, de cunho “terapêutico”, onde os ditos “normais” respeitam ou toleram os “anormais” no sentido de contribuir para a cura dos mesmos. Pode-se afirmar, então, que o currículo se constitui não só como um artefato de gênero ao (re)produzir suas relações, mas também em um artefato de sexualidade, e corporeidade, ao aferir sentido de verdade às mais variadas concepções a estas relacionadas e por a escola ser permeada por práticas discursivas diferenciadas quanto a sexualidade e a sexo, seja como invenção ou “construção”, seja enfatizando a concepção normatizante que este deve assumir, a qual está vinculada ao que Foucault denomina de “hipótese repressiva”.

O currículo *queer* inspira-se nos insights foucaultianos, por estes defenderem que os “cenários culturais”, as práticas discursivas e os complexos sistemas de saber e poder são produtores/ produtos do significado e da experiência sexual em diferentes espaços históricos, sociais e culturais (FOUCAULT, 1998). Um currículo *queer* não é aquele em que o tolerante (o gênero masculino e o hetero) inclui o tolerado (o gênero feminino e o homo), numa atitude de “respeito” de cima para baixo, mas um currículo em que a própria concepção de ciência que se pauta na perspectiva masculina e hetero, veiculando idéias separatistas entre sujeito e objeto, matéria e espírito, corpo e mente, biológico e social e cognição e desejo, seja revista. A própria epistemologia que se reflete no currículo teria que ser repensada, uma vez que ela, na maioria das vezes, ainda reflete concepções calcadas em identidades masculinas / femininas e de sexualidade, biologicamente determinadas, não considerando as dimensões culturais e sociais a estas inerentes e negligenciando o aspecto desse biológico se constituir também como uma construção social.

A epistemologia *queer* assume então, um caráter subversivo e irreverente que oxigenará a pedagogia *queer*, que não estaria restrita à inclusão de temáticas sobre gênero e sexualidade de forma fragmentada, como nas datas comemorativas ou nas semanas disso ou daquilo, mas como questões de conhecimento e de identidade, questionando os processos institucionais e discursivos, promovendo deslocamentos tipo o de “como pensar” - psicologia cognitiva-, para “o que torna algo pensável” -pedagogia *queer*- (BRITZMAN, 19996 apud Silva, 1999).

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. 1930. **A dominação masculina**/ Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena Kühner. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília:SEF, 1997.

CARVALHO, Marília Pinto. **Trabalho docente e relações de gênero**. Revista Brasileira de Educação. Nº 02, Mai-Ago, 1996, p.77-84.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Vol. I. - Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

LEÓN. Adriano, **A miséria da sociologia: rumo a uma arqueologia do saber sociológico**. In: Revista Política e trabalho, 15 – setembro, 1999, pp. 205-214

_____, **Sujeitos errantes: a emergência da sociologia histórica**. IN: Revista Política e trabalho. Setembro / 2000 pp. 65-72.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

SEGATO, Rita Laura. **Os percursos do gênero na antropologia e para e além dela**. Brasília, 1998 (Prelo).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos e identidade: uma introdução às teorias do currículo**. – Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

